

**COOPERATIVA GRANDE SERTÃO: UMA BASE PARA O
DESENVOLVIMENTO RURAL**

*COOPERATIVA GRANDE SERTÃO: A BASE FOR RURAL
DEVELOPMENT*

Telma Coelho da Silva
Nora Beatriz Presno Amodeo
Carla Toledo

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

coelho.telma@yahoo.com.br, npresno@ufv.br, carla_toledo19@yahoo.com.br

RESUMO

O presente artigo é resultado da dissertação intitulada: Qual é o caminho? Uma análise das estratégias de acesso a mercados da Cooperativa Grande Sertão Ltda. Essa organização de agricultores familiares do norte do Estado de Minas Gerais comercializa produtos e alimentos, típicos do cerrado e da caatinga. Ela se destaca por organizar os agricultores da região e por incentivar às práticas agroecológicas, e conseqüentemente proporciona para a localidade um desenvolvimento rural sustentável. Trata-se de uma pesquisa descritiva, na qual foram realizadas entrevistas semiestruturadas aos membros da diretoria, aos representantes de organizações parceiras e aos associados. Conclui-se que a Cooperativa Grande Sertão, ao longo dos anos proporciona melhorias para a localidade a qual esta inserida, através da articulação dos esforços de seus associados e das parcerias com diversas organizações que deram um importante impulso para o seu desenvolvimento, bem como, por meio das políticas públicas promovidas pelo governo.

Palavras - Chaves: Cooperativa; Desenvolvimento rural; Estratégias

ABSTRACT:

This article is the result of the dissertation entitled: What is the way ? An analysis of the strategies of access to the Grande Sertão Cooperative Ltda. This organization of family farmers in the north of Minas Gerais markets products and foods typical. She stands by organizing local farmers and encourage agro-ecological practices, and accordingly provides for the locale sustainable rural development. This is a descriptive study in which semi-structured interviews with members of the board were held with representatives of partner organizations and associates. We conclude that the Cooperative Grande Sertão, over the years provides improvements to the location which is inserted through the joint efforts of its members and partnerships with various organizations gave an important impetus for its development and, through public policies promoted by the government .

Keywords: Cooperative; Rural development; strategies

INTRODUCAO

Este artigo busca mostrar como uma organização de agricultores familiares pode contribuir para o desenvolvimento do ambiente a qual está inserida. Para isso, foi analisado o caso da Cooperativa de Agricultores Familiares e Agroextrativista Grande Sertão Ltda. – Cooperativa Grande Sertão (CGS), localizada no norte do Estado de Minas Gerais. Trata-se de uma organização que comercializa produtos e alimentos como polpas de frutas típicas do cerrado e da caatinga, mel, rapadura, hortaliças, alho entre outros.

Por meio das políticas públicas de estímulo à produção familiar, bem como, pelas políticas públicas que promovem a inserção da produção familiar, o segmento da agricultura familiar está cada vez mais se inserindo nos diversos mercados, conquistando espaços que são considerados de difícil acesso para esse segmento.

Para minimizar essas barreiras, emerge a necessidade de se estabelecer mecanismos estratégicos que façam com que os produtos dos agricultores familiares sejam reconhecidos e valorizados na sociedade globalizada, que a cada momento se torna mais competitiva, sendo necessário, portanto, a união entre agricultores familiares para que possam comercializar nos mercados e conseqüentemente levar para a população os benefícios que a mesma tem gerado.

Presno Amodeo (2006) acredita que as cooperativas demonstram, cada vez mais, a capacidade de se manterem nos mercados e, muitas vezes, lideram o desenvolvimento em escala regional. Bialoskorski Neto (2008) evidencia que organizar a produção cooperativa é uma forma de garantir a sustentabilidade do meio ambiente, dos recursos naturais e do seu entorno social, uma vez que a organização da produção das cooperativas pode gerar uma “forma auto sustentada sob a ótica econômica e social, além da geração de renda e da distribuição equitativa dessa renda, assim, as cooperativas também promovem o justo desenvolvimento” (BIALOSKORSKI NETO, 2008, p.3).

Trata-se, portanto, de um estudo de caso da Cooperativa Grande Sertão. Segundo Gil (1991), o estudo de caso vem a ser um estudo aprofundado de um determinado objeto que tende a permitir o conhecimento amplo e detalhado do mesmo. Ele possibilita que ocorra a descrição do contexto e também explica as variáveis causais de determinados fenômenos em algumas situações complexas. Sendo empregadas técnicas e métodos qualitativos de análises.

O trabalho está estruturado em três seções, contando esta introdução. Na segunda seção, é feita um panorama geral da organização em questão, destacando-se a sua importância para a localidade, seguido de uma contextualização sobre os principais estudos e conceitos sobre o tema do desenvolvimento. A terceira é apresentando as considerações finais obtidos com base nos dados da pesquisa.

A IMPORTANCIA DA COOPERATIVA GRANDE SERTAO PARA A REGIAO

A CGS é uma importante organização de agricultores familiares, localizada no norte do estado de Minas Gerais. Ela comercializa diversos produtos alimentícios,

polpas de frutas nativas ou cultivadas, típicas do cerrado e da caatinga, mel, rapadura, cachaça, oleaginosas, entre outros produtos. Essa organização conquistou, ao longo dos anos, distintos mercados e possibilita, dessa forma, que os produtos da agricultura familiar sejam reconhecidos por meio de sua marca e que os atores sociais envolvidos bem como a população da região tenham melhores condições de vida.

De acordo com dados documentais e depoimentos dos entrevistados, a CGS tem como origem uma iniciativa dos agricultores da região do norte de Minas Gerais para apoiar a comercialização dos produtos da agricultura familiar dessa região. A cooperativa teve seu estatuto aprovado em 18 de Junho de 2003, e possui em seu quadro social 186 associados, sua sede principal está localizada na cidade de Montes Claros - MG, tendo como área de atuação 39 municípios do norte de Minas Gerais.

O objetivo geral da cooperativa, segundo o estatuto social (reformado em 2012) da organização, é reunir agricultores e agroextrativistas da região com o intuito de receber, transportar, classificar, padronizar, armazenar, beneficiar, industrializar e comercializar produtos originados de seus cooperados, sendo *in natura* ou artesanais, por meio da produção e da disponibilização de insumos, bens de produção e também produtos de primeira necessidade aos associados. Visa à promoção do desenvolvimento social e econômico para que os seus associados tenham qualidade de vida, qualificação e assessoria técnica que leve em consideração a preservação do meio ambiente e a busca de alternativas econômicas dentro dos princípios agroecológicos que priorizem a produção orgânica.

Além desse objetivo, a organização visa oferecer benefícios e promover valores que são fortemente apreciados pelos membros participantes e também pela comunidade, uma vez que, ao beneficiar os produtos de uma determinada região, a cooperativa contribui para o desenvolvimento dela. De acordo com o Membro representante da diretoria e sócio-fundador 1 “a cooperativa carrega e mantém vivo no seu dia a dia os valores de trabalhar com o sertanejo, de conviver, de aprender com o modo de ser sertanejo”, além do mais ocorre a valorização da cultura das pessoas, da forma de sobrevivência de cada região.

Ter essa valorização cultural faz com que a organização seja preocupada em perpetuar as tradições da região e tenha como princípios e também como uma forma estratégica para acessar os mercados, o trabalho nos valores que são ligados à sustentabilidade que a organização promove ao trabalhar com agroecologia e o fortalecimento das famílias de baixa renda.

A CGS nasceu, principalmente, das dificuldades existentes na região de escoamento da produção e da confiança existente entre os membros. Granovetter (2009) entende que a confiança é um elemento estruturador das redes de relações interpessoais. Ela emerge das relações pessoais desenvolvidas ao longo dos anos, permeando os ambientes econômicos, indo além de meros dispositivos institucionais ou de uma moralidade generalizada. Os agricultores familiares que participavam desse grupo já formavam parte, há alguns anos, de um movimento democrático participativo, o que possibilitou que a cooperativa fosse fundada em 2003, aumentando a comercialização dos produtos. Cruz (2011) menciona que as dificuldades para se iniciar um empreendimento giram em torno da construção de uma cultura de mecanismos de decisão participativos e democráticos, de conviver com as diferenças do grupo e de tomar as decisões necessárias para que a mercadoria chegue ao consumidor final.

Fica evidente a importância do desenvolvimento do trabalho em grupo, mesmo sendo este informal, para a construção de qualquer organização que tenha como ênfase o coletivo. Locke (2001) acredita que os esforços dos grupos cooperativos, que se iniciam pelo trabalho dos atores que buscam o seu próprio interesse, tendem a

apresentar maior probabilidade de se tornar organizações mais abrangentes, que vão, futuramente, produzir benefícios não somente para eles, mas para toda a comunidade que os rodeia. De acordo com Albuquerque (2003), a organização de pessoas tende a estar diretamente ligada à resolução de necessidades comuns, para conseguirem melhores condições de vida e possibilidade de continuidade do grupo. Assim, dentro desse processo associativo, os grupos que estão juridicamente estabelecidos têm como ponto forte a representação perante os vários campos da atividade humana, como as formas políticas, religiosas, de estudo, de consumo, de produção, etc.

O processo de construção da CGS se deu em distintas etapas, que permitem observar a importância de se trabalhar as particularidades do cooperativismo com todos os envolvidos na organização. Destaca-se, portanto, a afirmação de Santos (s/d) de que a educação cooperativista é a principal forma de desenvolver as estratégias da organização. Na medida em que todas as pessoas relacionadas, direta ou indiretamente, com a organização tenham uma melhor compreensão do que é a cooperativa e o que vem a ser o cooperativismo, eles serão capazes de saber lidar com as diversas situações e de cumprirem eficientemente com suas responsabilidades. Gazolla e Pelegrini (2011) mencionam que os agricultores, ao estarem lentamente na busca da construção de suas organizações coletivas em torno de sua cultura e de seus projetos de vida, conseqüentemente estão atrás da interação e da formação dos processos sociais que lhes permitem exercer o poder de agência. Bialoskorski Neto (2008) menciona, ainda, que somente por meio do processo educativo a cooperativa pode garantir a produção social e ambiental de uma forma correta e plena.

O Brasil, no ano de 2003, começava uma etapa política de maior diálogo entre o Estado e a sociedade, nessa fase, criavam-se novas e/ou reestruturadas políticas direcionadas para o meio rural. Destaca-se a criação do PAA que tem como intuito “garantir a alimentação de pessoas em situação de vulnerabilidade social ou insegurança alimentar e de gerar trabalho e renda no campo por meio da compra direta de alimentos dos agricultores” (HESPANHOL, 2008, p.1). Do período de 2003 até o presente, várias políticas públicas foram implementadas e reorientadas a fim de auxiliar essa categoria social. E observa-se que a CGS conseguiu se apropriar das oportunidades oferecidas por estas políticas governamentais e conseguiu alavancar a sua produção, conquistando também novos associados e novos mercados consumidores. Tais políticas públicas vieram para estimular aquele agricultor familiar que se via em difíceis condições de cuidar de sua família por meio de seu trabalho no campo. Nota-se, portanto, a coincidência temporal do processo da CGS com os principais alinhamentos das políticas para a agricultura familiar no país que a cooperativa soube aproveitar, o que contribui para que o empreendimento se fortalecesse e permanecesse nos mercados distintos até os dias atuais.

No entanto, é preciso salientar que os trabalhos da cooperativa foram e ainda estão sendo desenvolvidos, também, devido às parcerias estabelecidas, que têm se ampliado ao longo dos anos. Assim, no âmbito local destaca-se o CAA- Centro de Agricultura Alternativa - por meio, fundamentalmente, da assessoria técnica; o poder público se faz presente pelas parcerias com algumas secretarias da agricultura e prefeituras da região - duas prefeituras no ano de 2012 e com uma perspectiva de, no mínimo, cinco a partir de 2013-, que auxiliam no aspecto produtivo; as associações comunitárias de alguns municípios que articulam com a população local; e os sindicatos de trabalhadores rurais da região, que acompanham, de uma forma mais próxima, o trabalho do agricultor. Essas entidades citadas, juntamente com a cooperativa, possuem um trabalho coletivo da maior importância no desenvolvimento da região norte de

Minas Gerais, pois, com as parcerias, realiza-se um planejamento anual que permite a cada organização cumprir o seu papel para contribuir com a sociedade.

Outros parceiros relevantes são o Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio das chamadas públicas de ATER, e o Ministério do Meio Ambiente, por meio dos programas destinados ao extrativismo e ao agroextrativismo. O trabalho desenvolvido por esses ministérios dialogam em torno daquilo que a organização faz, de modo que os projetos desenvolvidos junto a ela contribuem a dar o seguimento à sustentação das comunidades e da própria cooperativa.

Além dos parceiros já citados, outras entidades devem ser mencionadas, como a Fundação Banco do Brasil, que contribui com financiamentos de projetos; a CÁRITAS – que é uma entidade que promove a ação social e que trabalha na busca da defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável (www.caritas.org.br), por meio de projetos vinculados ao desenvolvimento sustentável; a NATURA EKOS – que produz produtos “de beleza” que valorizam a cultura e a biodiversidade, por meio do desenvolvimento de produtos originados da caatinga e do cerrado; a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG/ Campus- Montes Claros) e a Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), que contribuem com desenvolvimento de produtos e com a análise de laboratório na ciência dos produtos.

A Central do Cerrado em Brasília, também cumpre um importante papel, pois auxilia na comercialização dos produtos. Outras articulações relevantes também são a Articulação Agroextrativismo da Rede Cerrado e a Articulação do Semiárido brasileiro, o Fórum Mineiro de Segurança Alimentar, o Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas Gerais e a Rede Deserto Verde/ MST/ Via Campesina, que são importantes nos debates sobre o desenvolvimento rural e da biodiversidade. Todas são exemplos de articulações em rede das quais a CGS faz parte, aprofundando, junto a elas, suas estratégias de desenvolvimento.

A CGS está em processo de crescimento, ampliando seus laços com outros municípios e outras organizações como, por exemplo, com a Cooperativa da Agricultura Familiar Sustentável com Base na Economia Solidária. Essa organização organiza e comercializa produtos artesanais e culturais da região do Vale do Urucuia-MG, enfatizando a sustentabilidade e sendo importante na divulgação dos produtos e na troca de conhecimento dos trabalhos. Dessa forma, a CGS está alargando seu relacionamento com outras regiões do estado de Minas Gerais e também com outras partes do norte de Minas Gerais, que não conformavam sua área de atuação e que se integram paulatinamente nas atividades da cooperativa. Esse processo de crescimento em rede aumenta os desafios e exige fazer adaptações sem, no entanto, abandonar os lineamentos centrais da cooperativa, em que se destacam os princípios da agroecologia, do cooperativismo e do trabalho social. Assim, a CGS está formada por atores sociais que, ao longo dos anos, estão em busca de melhores interações, para que seja capaz de desenvolver um planejamento adequado à sua realidade, e isso está sendo possível, principalmente, pelo esforço de cada cooperado da organização.

Staduto e Amorim (2011) acreditam que a articulação de parcerias transforma-se numa base para gerar conhecimentos e iniciativas, sendo fundamental para a consolidação de redes e alianças com outros agentes, o que vem a fortalecer a confiança mútua entre eles. E, dessa maneira, as parcerias feitas pela CGS transformam-se numa rede, na qual todas as entidades se apoiam umas nas outras, cada uma com sua função, fortalecendo-se mutuamente. De acordo com Crúzio (2006), as decisões de trabalho, internamente, são mais horizontais, complementares e de cooperação quando se trabalha em rede, visto que as cooperativas que estão nesse processo se estruturam de forma

distinta das organizações que operam individualmente ou na lógica de mercado, que tende a privilegiar apenas a concorrência para obter o lucro.

Vínculos sociais contínuos entre as organizações tendem a influenciar intensamente as ações e os resultados, isso porque fortes laços com as demais organizações diminuem a incerteza e fazem com que ocorram transformações, devido ao aumento da comunicação e da interação. As redes estabelecidas tendem a promover uma aprendizagem social de respostas adequadas com melhores resultados do que outros arranjos organizacionais. Possibilita-se, assim, que existam mais articulações, alianças e solidariedade ente as organizações, bem como a definição de objetivos e a resolução de desafios comuns (CRÚZIO, 2006).

As cooperativas em rede podem construir alianças sociais e políticas, obter economia em seus negócios internos e externos, eliminar a subordinação funcional e reduzir a estrutura organizacional ao negócio essencial de cada uma. No que tange à construção de alianças sociais e políticas, as cooperativas em rede podem superar com mais eficácia seus problemas econômicos, tanto internos quanto externos. Internamente, as cooperativas aderentes à rede podem articular e definir objetivos organizacionais coletivamente, respeitando a autonomia e as diferenças de cada uma. Externamente, podem responder às demandas sociais ou necessidades das comunidades nas quais se encontram, diante dos governos municipal, estadual e federal (CRÚZIO, 2006, p. 22-23).

Dessa forma, a cooperativa foi organizada pelos seus associados para conseguirem obter vantagens da biodiversidade que a mesorregião norte de Minas Gerais possui, uma vez que é por meio dela que é possível à organização apresentar um grande leque de produtos a serem ofertados.

O norte de Minas Gerais caracteriza-se como uma das maiores mesorregiões mineiras, abrangendo 89 municípios, reunidos em sete microrregiões. Segundo o censo do IBGE do ano 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região é de 0,691, considerado como um índice médio, no entanto, passa a ser considerado baixo quando comparado com o IDH do Estado de Minas Gerais, que é 0,80, e também é menor que o IDH brasileiro, hoje situado em 0,730. Montes Claros possui cerca de 340 mil habitantes, sendo a maior cidade da região; os outros municípios têm a sua maior parte da população rural e os aglomerados urbanos são compostos por pessoas oriundas das áreas rurais (CARVALHO, s/d). A figura a seguir, mostra a região do norte de Minas Gerais.

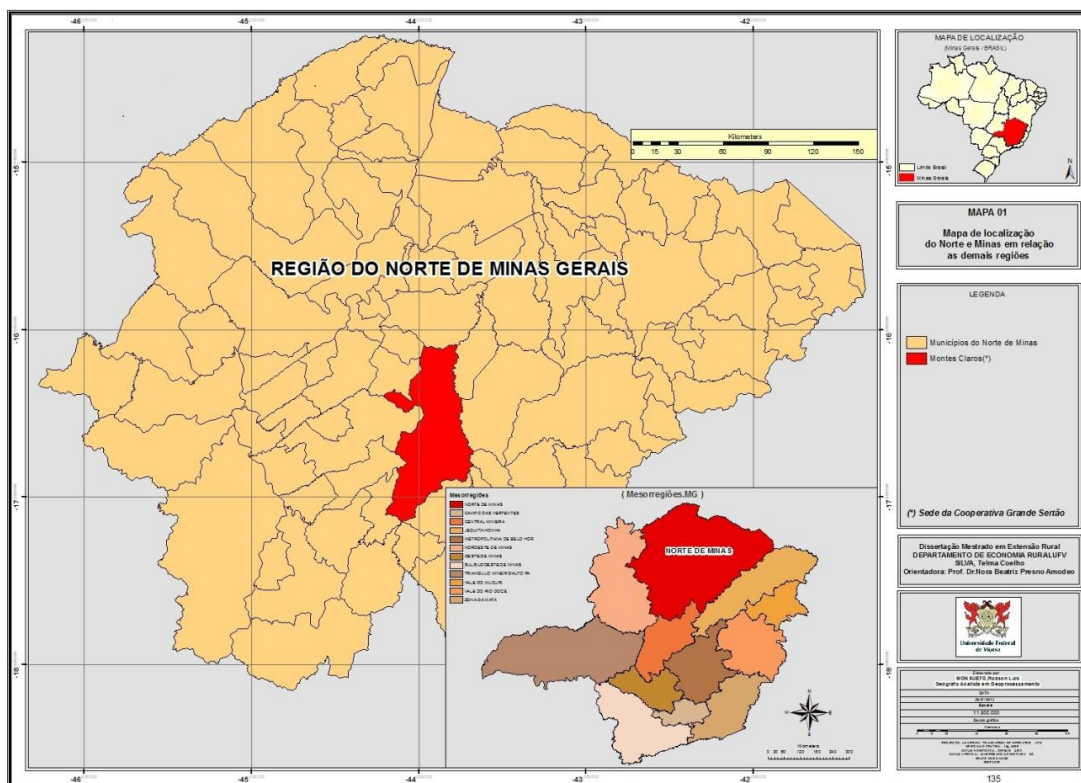


Figura 1: Região do Norte de Minas Gerais
Fonte: SILVA (2013, p.135).

Esta região possui uma vegetação marcada pelo encontro entre dois grandes biomas brasileiros: a caatinga e o cerrado. A caatinga é formada por matas secas e contém formações arbustivas, em geral espinhentas, predominantes no nordeste do Brasil, onde a disponibilidade de recursos hídricos é pouca, devido aos longos períodos de seca. O umbu é a principal fruta originada da caatinga (CARVALHO, s/d). Esse bioma ocupa aproximadamente 10% do território brasileiro, abrange 800 mil km², onde cerca de 20 milhões de brasileiros vivem. O clima é semiárido e os solos são rasos e pedregosos, de moderada fertilidade, porém, a caatinga é rica em recursos genéticos vegetais e animais. A irregularidade de água é um dos fatores que interfere constantemente na vida do sertanejo, por causa da baixa capacidade de armazenamento de água dos solos e também pelas elevadas temperaturas. Devido às condições climáticas, a vegetação adaptou-se ao clima, apresentando folhas finas ou inexistentes. “No processo evolutivo, algumas plantas armazenam água, como os cacos, outras se caracterizam por terem raízes praticamente na superfície do solo para absorver o máximo da chuva” (SESCOOP, 2008, p. 33).

Já o cerrado ocupa 13,1 % do território brasileiro, localiza-se principalmente no Planalto Central do Brasil. É a segunda maior formação vegetal brasileira; é a savana mais rica no que se refere à biodiversidade do planeta, com grande número de plantas medicinais e frutíferas, como o pequi; também se caracteriza por possuir uma alta capacidade de estoque de biomassa e fixação de carbono (CARVALHO, s/d). Pelas estimativas, acredita-se que existam 320 mil espécies no cerrado, ou seja, 30% de tudo o que existe no país. Sendo assim, embora a biodiversidade do cerrado seja grande, ela é menosprezada pelo seu aspecto e pelo seu porte. O clima do cerrado é tropical, com

uma estação de seca pronunciada; a topografia é entre plana e suavemente ondulada e pode favorecer, assim, a agricultura e a irrigação (SESCOOP, 2008).

Um fator que é motivo de preocupação nessas áreas é a ocupação por plantios de eucalipto – que começou durante o século XX. Eles causam diversos problemas sociais e ambientais na região, colocando em risco os dois biomas que, apesar de parecerem pobres de recursos naturais no período de seca, oferecem uma variedade de frutos, animais, plantas medicinais e outros recursos para o seu povo (CARVALHO, s/d).

Moura (2005) relata que o povoamento da região norte de Minas Gerais vem dos primórdios da mineração do ouro e do diamante. No início do século XVIII, os descendentes de judeus ocuparam todo o norte de Minas Gerais, nas fazendas agropecuárias, onde trabalhavam com praticamente tudo: tecelagem, artefatos de couro, móveis e utensílios de madeira; já as indústrias caseiras fabricavam sabão de coco macaúba, doces, queijo e requeijão, farinha de mandioca e de milho. Em relação à produção agrícola existente, predominava o milho, feijão, arroz, batata, mandioca e algumas frutas.

Deve-se entender que o norte de Minas Gerais é considerado por muitos como o sertão norte-mineiro. Todavia, o termo sertão reflete vários significados dotados de dimensões político-econômicas e temporais, que tendem a se complementar entre si (FRANÇA; SOARES, 2006). Esse termo permite refletir sobre o processo de ocupação do território brasileiro (ao se pensar sobre o olhar do colonizador europeu), ou seja, a colonização portuguesa no país priorizou a ocupação da costa litorânea, sendo que os demais espaços permaneceram esquecidos até a primeira metade do século XIX. Como relatado por Moura (2005), o norte de Minas Gerais transformou-se em uma “ilha” nesse período, uma vez que não existiam estradas de ferro nem de rodagem e a navegação era incerta e precária. Provavelmente, nesse isolamento ocorreu a formação de um universo cultural autônomo, cheio de realidades distintas, que formava uma cultura própria. França e Soares (2006) enfatizam que o sertão era considerado como oposto ao litoral, ou seja, era o interior do país, que significava ausência de povoamento europeu, vegetação diferente da mata atlântica, atraso econômico, tecnológico e cultural, sendo visto, portanto, de maneira depreciativa no cenário brasileiro.

No entanto, durante o século XX o país entra em um novo momento, apresentando uma preocupação maior com os povos, dando início a uma “marcha para o oeste”, com o objetivo de integrar toda a nação em um único projeto de desenvolvimento. Entretanto, a “chegada do desenvolvimento” na região foi marcada pela implantação de grandes monoculturas de eucalipto, que excluíam os povos tradicionais desse processo, povos estes que desenvolveram sistemas agrícolas adaptados aos ecossistemas da região, ou seja, o território que antes era ocupado exclusivamente por comunidades basicamente rurais, passa a se relacionar com mais intensidade com os grandes centros urbanos do país. Deve-se levar em consideração que, com essas mudanças, a economia da região cresceu, gerando renda e melhorias de vida para algumas pessoas, embora a população rural, em geral, tenha sofrido maiores consequências negativas, sobretudo no acesso aos recursos naturais como a água, que se tornou um bem de difícil acesso (CARVALHO, s/d).

Dentro desse cenário exposto, a CGS surge como uma forma de aproveitar todos estes recursos disponíveis no norte de Minas Gerais, abrangendo o cerrado e a caatinga. Foi notável constatar, por meio das entrevistas, que esses biomas, hoje, são um meio de sobrevivência para os cooperados, o que só foi possível por meio do trabalho cooperativo desenvolvido pela organização, uma vez que a cooperativa contribuiu muito na criação e valorização de produtos que não eram comercializados anteriormente. Esta valorização do meio ambiente, da cultura e do espaço local, integrando-as às estratégias

de comercialização, é de suma importância para o processo de acesso aos mercados. Esses fatores não econômicos tendem a influenciar a economia, sendo importante identificar quais são os predominantes (cada lugar possui variáveis diferentes), para que, assim, a ação seja desenvolvida da melhor forma. É necessário remeter à frase de Swedberg (2003, p. 241), que afirma que “uma organização está sempre dependente do seu meio envolvente para adquirir recursos”. O relato abaixo reafirma a importância do cerrado:

(...) o agricultor, ele tá coletando fruta nativa isso também é uma forma de estar mantendo o cerrado em pé, ele vai coletar pequi, a cagaita o panã, o coquinho pra ele ter esse fruto, que vai ser sustentável pra ele, ele vai ter que conservar o cerrado, então é fruto desse trabalho que o Centro de Agricultura Alternativa- CAA, já desenvolve junto com a cooperativa que é agregar valor aos produtos pra dessa forma o agricultor ter uma fonte de renda sem precisar fazer carvão, sem precisar desmatar o cerrado então é esse conjunto né (Membro representante da diretoria 5).

CONCEPCOES DE DESENVOLVIMENTO

Referente à compreensão sobre desenvolvimento, Presno Amodeo (2006) assinala que novos critérios como “descentralização”, “participação”, “capital humano” e “capital social”, “desenvolvimento local” e de “território” passam a ser eixo de articulação dos esforços de desenvolvimento atuais, além do desenvolvimento “sustentável”. Conforme Evans (2003), a concepção de Amartya Sen, assegura que os processos de participação devem ser parte da constituição da finalidade do desenvolvimento, pois a possibilidade de participar, em especial numa discussão pública, é útil à capacidade de tomar decisões, de fazer escolhas, reflete-se na valorização e na razão de valorizar a vida. No mais, o desenvolvimento não se limita apenas aos aspectos econômicos, também se deve ligar a serviços educacionais, à saúde, a direitos civis, entre outros (SEN, 2000).

Andrade (2009) analisa que o “novo” desenvolvimento deve ser sustentado por uma base local, em que o local identifica-se por território e não pela realidade política e geográfica do município. Deste modo, procede da articulação e integração de diferentes ações e políticas governamentais, dentro de uma concepção multissetorial e por uma nova racionalidade de caráter sustentável.

Para Bonnal e Kato (2011), o território é visto como espaço físico e contínuo, envolvendo a cidade e o campo com distintas características: ambiente, economia, sociedade, cultura, política, instituições e população se interatuam de forma interna e externa por meio de processos específicos.

Nesse ponto de vista, o desenvolvimento rural muda sua forma de tratamento dos territórios. “De um *status* de espaço indiferenciado e limitado a uma função econômico-produtiva conforma-se um status de espaço social e ambientalmente diferenciado e portador de funções diversificadas (produção, preservação ambiental, expressão cultural etc.)” (BONNAL; KATO, 2011, p. 61). Essa alteração de *status* cogitou um processo de reforma da governança, favorecendo a implantação de políticas públicas diferenciadas e cada vez mais peculiares à realidade local.

Delgado e Leite (2011) afirmam que a política de desenvolvimento territorial no meio rural é como uma inovação institucional, uma vez que implementa uma

característica institucional mais aberta à participação social dos membros no processo de diálogo, negociação, desenho e planejamento de políticas públicas, atributos da competência governativa e da gestão dos processos de desenvolvimento. Entretanto, apreciações dessas experiências mostram que estas implementações acontecem de forma desigual, seja na capacidade de inserir diferentes atores locais, seja na forma como se dá a constituição dos espaços e procedimentos utilizados nas diversas fases do ciclo de gestão social, e tanto na representatividade como no alcance dos resultados com as ações atuadas pela política (em relação aos instrumentos adotados e a como foram empregados).

Assim, os autores afirmam:

A criação dos territórios colaborou para estabelecer as condições necessárias à instauração de um diálogo constante entre diferentes atores sociais locais que até então tradicionalmente não "se falavam". Esse processo contribuiu para que os conflitos existentes entre os distintos atores que constituem o território fossem mais bem explicitados e "trabalhados", estimulando-os a implementarem ações conjuntas, em diálogo ou não com o Estado, orientadas para o desenvolvimento. Essa experiência permitiu, em diferentes circunstâncias, construir e legitimar nova institucionalidade operacional que intenta viabilizar a discussão, comparação e seleção de projetos concretos e coletivos de desenvolvimento local, ultrapassando os interesses eleitorais ou oportunistas de algumas prefeituras (DELGADO; LEITE, 2011, p. 124).

Nunes et al. (2012) avaliam que as discussões das políticas públicas territoriais são respeitáveis na medida em que congregam a participação dos atores sociais como, por exemplo, os agricultores familiares, produtores rurais, representantes de cooperativas, associações, grupos e Organizações Não Governamentais (ONGs). Estes desempenhariam um papel de gestores na governança, uma vez que manifestam seus interesses mediante ao poder público ao propor projetos e controle social que visem alcançar metas e propósitos do desenvolvimento regional.

Mais um aspecto apresenta-se relevante conexo à noção de desenvolvimento: a dimensão da sustentabilidade, implantada nas principais políticas públicas para o desenvolvimento rural, principalmente a partir dos anos 1990. Conforme Andrade (2009), há muitas formas de definir o desenvolvimento sustentável, a maioria relaciona-se à questão ambiental. Contudo, a partir da Agenda 21, aprofunda-se a definição deste desenvolvimento, ancorando-o em três princípios básicos: a prudência ecológica, a eficiência econômica e a justiça social. E, mais recentemente, foram incorporados o princípio político da democracia e a preocupação com o componente cultural da realidade.

Para o autor, tal desenvolvimento supõe uma modificação de prioridades dos atores sociais (promotores deste desenvolvimento) em relação ao modelo economicista tecnológico. "O desenvolvimento sustentável procura corrigir as distorções de um modelo que priorizou os interesses do mercado e supõe uma redefinição de prioridades e formas de atuação" (ANDRADE, 2009, p. 242). Para Leonard et al. (2011), é no governo de Lula que diferentes atores institucionais (sindicatos, associações, ONGs e as redes que os federam) se apropriaram do conceito de sustentabilidade como um meio para determinar e impor no cenário político nacional modelos agrícolas específicos, contrários ao agronegócio. Nesse contexto, a agricultura familiar edificou-se em agricultura sustentável em contraposição, ou em paralelo, a uma agricultura empresarial insustentável.

Análogo a isso, Bonnal, Cazela e Delgado (2011) perfilham que a importância social e econômica da agricultura familiar, das ocupações rurais não agrícolas, da pluriatividade¹ das unidades agrícolas familiares e do caráter multifuncional dessas unidades representam sinais de um processo de reconhecimento da sociedade da relevância dos territórios rurais para o desenvolvimento sustentável e que acendem lugar para novas estratégias de desenvolvimento rural.

Ao considerar essa temática do desenvolvimento territorial e sustentável, principalmente a análise territorial, Leite et al. (2010) apontam que é importante ponderar a existência de “redes de articulação” de atores, instituições e programas no processo da política pública, caracterizando suas formas de construção e identificando seus participantes, suas estratégias de ação coletiva, como também suas condições de reprodução ao longo do tempo. Para os autores, estas redes fortalecem a competência de ação coletiva dos atores locais, contribuem para a realização de alianças, uma vez que não devem se diminuir aos atores, instituições e programas locais, mas sim congreguem ou articulem-se a outros “de fora do local”. As redes também possibilitam maior implementação participativa das políticas públicas e fortalecem a “criatividade social” e a efetividade do processo de política, sendo, assim, essenciais para a construção de condições institucionais.

Fundamentado nessa argumentação, Romano (2011) alega que as redes são vistas como um tecido social e político, no qual atuam lógicas específicas, relacionando pessoas e grupos “de dentro” e “de fora” da institucionalidade política formal. Além disso, considera-se uma categoria geral que possibilita englobar diversas abordagens e enfoques de política pública. Nesse sentido, ao incorporar novos atores abre a possibilidades de um “retorno ao Estado”, porém com uma nova fragmentação, um Estado com atores institucionais concretos (ministérios, agências, comissões, etc.), cada qual com suas funções, interesses e estratégias que alocam conflitos frequentes, diferente daquele que era baseado na perspectiva setorial, fechado, de participação restrita, interesses limitados, hierárquicos, com interações constantes e com procura pelo consenso.

CONSIDERACOES FINAIS

Nota-se que a construção da CGS envolve a participação de atores sociais, instituições parceiras, apoio governamental e aspectos sociais, culturais e ambientais entre os principais fatores. É possível afirmar que eles foram de suma importância para a construção da Cooperativa Grande Sertão, sendo responsáveis por ela conseguir construir mercados para produtos da agricultura familiar, muitos dos quais não tinham previamente canais de escoamento da produção, e assim modificar a vida dos atores sociais envolvidos bem como da comunidade local. Afirma-se que os agricultores envolvidos nesse processo são atores sociais importantes, que têm a capacidade de responder e decidir sobre os desafios existentes. As parcerias estabelecidas pela organização foram de fundamentais para o seu desenvolvimento que, ao longo dos anos, foram fortalecidos com o envolvimento de outras organizações.

¹ O termo pluriatividade, conforme Wanderley (2009), significa uma estratégia dos agricultores para integrarem atividades não agrícolas dentro ou fora do seu estabelecimento familiar, de modo a ampliar sua renda.

Como demonstrado no decorrer do artigo, a existência de políticas públicas para a promoção da agricultura familiar foi, e ainda é, uma alternativa para os agricultores da região do norte de Minas Gerais, para o sustento e desenvolvimento das famílias. Com a elaboração e a implementação das políticas públicas para as diversas organizações, de acordo com Kapron e Fialho (2003), criam-se espaços de interação entre o Estado e a sociedade organizada, indo além do limite de atuação da esfera do Estado, por meio da criação de parcerias entre as instituições governamentais e as entidades civis, abrangendo as organizações não governamentais, igrejas, universidades e centrais de sindicais.

Nota-se também, a importância do trabalho desenvolvido pelas organizações cooperativas, em especial neste, as organizações de agricultores familiares, uma vez que elas são capazes de inserir os produtos dos agricultores familiares agroecológicos nos diversos mercados por meio de estratégias que valorizam os atores sociais envolvidos na organização.

E por meio dessa relação mercadológica cooperativista existente, a organização tem conquistado uma expansão e crescimento nos mercados agroecológicos, isso devido à relação que foi estabelecida pelos associados com a cooperativa, por meio dos valores cooperativistas que regem a organização, por meio da questão ambiental e da agroecologia que permeiam a estrutura da organização. Essa estrutura é capaz de construir a capacidade da agência dos atores sociais que estão diretamente ligados em uma rede institucional e uma rede de valores que sustenta os mercados, de modo com que se tenham boas perspectivas para o desenvolvimento da organização e para a localidade.

REFERENCIAS

ALBUQUERQUE, P. P. Associativismo. In: CATTANI, A. D. (org.) **A outra economia**. Porto Alegre: veraz Editores, 2003.

ANDRADE, I. A. L. de. Conselhos de Desenvolvimento Rural: um espaço adequado para pensar o desenvolvimento local? In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MURIZZI MARQUES, P. E. (Orgs.). **Políticas Públicas e participação social no Brasil rural**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 233-250.

BIALOSKORSKI NETO, S. Um ensaio sobre desempenho econômico e participação em cooperativas agropecuárias. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, 2008.

BONNAL, P.; CAZELLA, A.; DELGADO, N. G. Subsídios metodológicos ao estudo do desenvolvimento territorial rural. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (org.). **Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil**. Brasília: IICA, 2011. (Série desenvolvimento rural sustentável; v.14). p. 35-60.

BONNAL, P.; KATO, K. O Processo Contemporâneo de Territorialização de Políticas e Ações Públicas no Meio Rural Brasileiro. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (org.). **Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil**. Brasília: IICA, 2011. (Série desenvolvimento rural sustentável; v.14). p. 61-88

CARITAS – Disponível em: <<http://www.caritas.org.br>>. Acesso em 7 set 2012.

CARVALHO, I. S. H. A história da cooperativa Grande Sertão: gerando benefícios socioeconômicos pela conservação da natureza, s/d. Disponível em: <<http://www.ispn.org.br>>. Acesso em 19 maio 2012.

CRUZIO, H. O. **Cooperativas em rede e autogestão do conhecimento: o trabalho flexível em torno de processos, sob habilidades e equipes**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CRUZ, A. A construção de uma estrutura-rede de comercialização entre empreendimentos de economia solidária. In: RIGO, A. S; CANÇADO, A. C; SILVA JUNIOR, J. T. **Casos de ensino sobre cooperativismo e associativismo**. Petrolina, PE: Editora e Gráfica Franciscana, 2011.

DELGADO, N. G.; LEITE, S. P. Gestão Social e Novas Institucionalidades no Âmbito da Política e Desenvolvimento Territorial. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (org.). **Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil**. Brasília: IICA, 2011. (Série desenvolvimento rural sustentável; v.14). p. 89-130.

EVANS, P. Além da “Monocultura Institucional”: instituições, capacidades e o desenvolvimento deliberativo. **Sociologia**, Porto Alegre, Ano 5, n. 9, p.20-63, Jan/Jun. 2003.

FRANÇA, I. S; SOARES, B. R. O sertão norte-mineiro e suas transformações recentes. In: Encontro de Grupos de Pesquisa: Agricultura, desenvolvimento regional e transformações socioespaciais, **Anais...** Uberlândia (MG), 2006.

GAZOLLA, M; PELEGRINI, G. Novos mercados da agricultura familiar: o caso das pequenas unidades agroindustriais produtores de alimentos. In: SCHNEIDER, S; GAZOLLA, M.(org.). **Os atores do desenvolvimento rural. Perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. In: MARTES, A. C. B.(org.) **Redes e sociologia econômica**. Edufscar, 2009.

HESPANHOL, R. A. M. Mudança de concepção das políticas públicas para o campo brasileiro: o programa de aquisição de alimentos (PAA). **Revista Electronica de geografia y ciencias sociales**, Universidade de Barcelona, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**. Produção Agropecuária Brasileira. Primeiros resultados. Brasil, 2006, v. 1, n. 1. (Censo Agropecuário).

KAPRON, S; FIALHO, A. L. Políticas públicas para a economia solidária. In: CATTANI, A. D. (org.) **A outra economia**. Porto Alegre:Veraz Editores, 2003.

LEITE S. P. et al. Políticas públicas, desenvolvimento territorial: atores sociais no meio rural brasileiro. In: DELGADO, N. G. (org.). **Brasil Rural em debate**: coletâneas de artigos. Brasília: CONDRAF/MDA, 2010. p. 319-362.

LEONARD, E. et al. A construção normativa do desenvolvimento sustentável nos contextos de sua “tradução em políticas”: uma análise pelas dependências de trajetória no Brasil e no México. In: BONNAL, F.; LEITE, S. P. (Orgs.). **Análise comparada de políticas agrícolas**: uma agenda em transformação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011. p. 173-196.

LOCKE, R. M. “Construindo confiança”. **Revista Econômica**, v.3, n.2, 2003.

MOURA, A. P. A tradição do fazer no Norte de Minas- A poesia das mãos do norte-mineiro, 2005. Disponível em:<<http://www.asminasgerais.com.br>>. Acesso em 03 de jan. de 2013.

NUNES, E.M.; et al. Governança, inovação e sustentabilidade na gestão do Território da Cidadania Sertão do Apodi (RN). In.: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 5., 2012, Belém/PA. **Anais...** Belém/PA: UFPA, 2012. p. 1-15.

PRESNO AMODEO, N. B. Contribuição da educação cooperativa nos processos de desenvolvimento rural. In: PRESNO AMODEO, N. B.; ALIMONDA, H. (Orgs.). **Ruralidades**: capacitação e desenvolvimento. Viçosa-Minas Gerais: Ed. UFV, 2006.

ROMANO, J. O. Redes de política pública. In: BONNAL, F.; LEITE, S. P. (Orgs.). **Análise comparada de políticas agrícolas**: uma agenda em transformação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011. p. 139-172

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SESCOOP. Serviço nacional de aprendizagem do cooperativismo. **Gestão dos Recursos Naturais**. Brasília/DF, 2008.

SILVA, T. C. Qual e o caminho? Uma análise das estratégias de acesso a mercados da Cooperativa Grande Sertão. 2013. 136p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Programa de Pós-graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa-MG, 2013.

STADUTO, J. A. R; AMORIM, L. S. B. A agroindústria rural e as redes de desenvolvimento: um estudo do oeste Paraná. In: SCHNEIDER, S; GAZOLLA, M.(orgs.). **Os atores do desenvolvimento rural. Perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

SWEDBERG, R. Prefácio. In: PEIXOTO, J; MARQUES, R. (orgs.). **A nova sociologia econômica**. Portugal: Celta, 2003.

WANDERLEY, M. de N. B. **O mundo rural como espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.